



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE LETRAS LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA L2 PARA SURDOS

SUBJETIVAÇÃO E LINGUAGEM: Um estudo sobre particularidades na apropriação de linguagem de crianças surdas; filhos (as) de pais ouvintes

BELÉM/PA
2022

JUACÉLY RAQUEL DA CONCEIÇÃO CRUZ

SUBJETIVAÇÃO E LINGUAGEM: um estudo sobre particularidades na apropriação de linguagem de crianças surdas; filhos (as) de pais ouvintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas da UFPA como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras e Língua Portuguesa L2 para Surdos.

Orientador: Dr. Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo.

BELÉM/PA
2022

JUACÉLY RAQUEL DA CONCEIÇÃO CRUZ

SUBJETIVAÇÃO E LINGUAGEM: Um estudo sobre particularidades na apropriação de linguagem de crianças surdas; filhos (as) de pais ouvintes.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas da UFPa como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras e Língua Portuguesa L2 para Surdos.

Orientador: Dr. Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo.

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo – UFPa
(Presidente da Banca)

Prof. MSc. Lucival Fabio Rodrigues da Silva
(Membro Examinador I)

Prof. MSc. Giselle Pedreira de Mello Carvalho
(Membro Examinador II)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as particularidades do processo de apropriação da linguagem na subjetivação de crianças surdas, filhos (as) de pais ouvintes. Destacamos neste artigo a importância dos laços parentais para o desenvolvimento das habilidades linguísticas que circulam de forma espontânea no ambiente familiar. Como suporte teórico optou-se por abrir diálogo com um conjunto de autores que desenvolvem estudos na interface com a psicolinguística, dentre os quais destacamos as considerações de Solé (2005) que nos alerta sobre a possibilidade de certa negligência e desconhecimento dos pais ouvintes de filhos surdos que acabam por tomar decisões precipitadas em relação ao desenvolvimento linguístico de seus filhos. Outro autor em destaque é Spitz (1998) que reforça a ideia de uma estimulação precoce que se vale de uma maior plasticidade cerebral que entendemos como favorável ao desenvolvimento global da criança. Consideramos que, as decisões tomadas pelo pais frente ao diagnóstico de surdez, intereferem diretamente no processo de desenvolvimento da subjetivação e linguagem e na sua inserção no âmbito escolar.

Palavras-chave: Subjetivação; Linguagem; pais ouvintes; filhos surdos.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the particularities of the language appropriation process in the subjectivation of deaf children of hearing parents. We highlight in this article the importance of parental bonds for the development of language skills that circulate spontaneously in the family environment. As theoretical support, we chose to open a dialogue with a group of authors who develop studies in the interface with psycholinguistics, among which we highlight the considerations of Solé (2005) which alerts us to the possibility of a certain negligence and ignorance on the part of hearing parents of deaf children who end up making hasty decisions regarding the linguistic development of their children. Another prominent author is Spitz (1998) which reinforces the idea of early stimulation that makes use of greater brain plasticity, which we understand as favorable to the child's global development. We consider that the decisions made by the parents in the face of the diagnosis of deafness, directly interfere in the process of subjectivation and language development and in its insertion in the school environment.

Key-words: Subjectivation; Language; hearing parentes; deaf children.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 6 |
| 2 | A EMERGÊNCIA DA LINGUAGEM NO MEIO FAMILIAR | 7 |
| 3 | CONCEPÇÃO MÉDICA | 9 |
| 3.1 | Implante coclear | 10 |
| 4 | SINAIS EMERGENTES (SINAIS CASEIROS) COMO SUPORTE COMUNICACIONAL | 11 |
| 5 | SUBJETIVAÇÃO E LINGUAGEM | 12 |
| 5.1 | Superproteção ou abandono: os desafios da inserção escolar | 14 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 17 |
| | REFERÊNCIAS | 20 |

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa dedica-se aos processos de subjetivação e apropriação da linguagem de crianças surdas que emergem da relação com seus pais ouvintes, haja vista a complexidade comunicacional imposta ao exercício das funções parentais e implicadas no desenvolvimento da criança surda e a importância do desenvolvimento global de crianças que apresentam limitações de ordem orgânica e/ou psíquica.

Existe um número crescente de autores que apontam o diagnóstico precoce de surdez como um fator de grande complexidade a respeito à aceitação dos pais sobre a perda auditiva de seus filhos, pois “a confirmação do diagnóstico gera um grande impacto na família, causando a ruptura nas expectativas, e alterações no relacionamento afetivo, social e de linguagem da família com a criança” (OLIVEIRA, 2011. p. 23).

Pode-se dizer que, dentre as famílias que se encontram nesta situação (pais ouvintes, filhos surdos), há uma carência de informações sobre o perfil de crianças surdas, em particular sobre a potencialidade no desenvolvimento de suas habilidades comunicativas. Assim, a expectativa de que o (a) filho (a) surdo (a) se submeta a um tratamento, a exemplo do implante coclear, acaba sendo a única alternativa que muitos pais encontram para superar as dificuldades causadas pela limitação comunicacional que, amiúde, é estabelecida com base em códigos de comunicação doméstica: um drama que parece ser mais evidente na relação entre pais ouvintes e filhos surdos.

Por essa via, o tratamento parece se constituir numa espécie de salvação, pois a condição de cura de uma disfunção orgânica como a surdez é, de modo prevalente, marcada por uma concepção médica que visa à reabilitação dos surdos e dá ênfase ao tratamento clínico para torná-los “aceitáveis para sociedade ouvinte” (SKLIAR, 1998, p. 10).

Frente às dificuldades de comunicação, a família se vê diante de um grande desafio: como restabelecer ou como garantir as condições mínimas de comunicação sem o empobrecimento da linguagem que se anuncia e, principalmente, sem o prejuízo nas suas relações afetivas? No caso das crianças surdas, filha de pais ouvintes, a prevalência de uma comunicação oral inibe, consideravelmente, o progresso na construção de sentido no campo da linguagem, sobretudo na primeira infância, considerada uma das fases mais importantes para o desenvolvimento integral da criança.

Quanto mais cedo ocorrer o engajamento dos pais na estimulação de seus filhos surdos, do ponto de vista neurológico, maior será a possibilidade de a criança beneficiar-se da condição

de maior plasticidade cerebral e se sentir apta a explorar o mundo simbólico que faz parte de sua vivência, posto que “o cérebro, nos primeiros anos de vida da criança, possui grande plasticidade e flexibilidade, capaz de produzir um imenso potencial de compreensão, que se reúne na condição contrária ao déficit” (SKLIAR, 2001, p. 68).

Com base nos estudos desenvolvidos em nossa pesquisa, elencamos alguns fatores que nos permitirão dialogar com diferentes autores, de modo a ampliar uma discussão sobre a educação dos surdos na perspectiva da apropriação da linguagem. Dentre eles, destacamos: a concepção médica sobre a surdez, o implante coclear, a emergência de sinais caseiros nos processos iniciais de apropriação da linguagem, o manejo dos pais com vista à emancipação gradativa da criança e, finalmente, sua inserção na creche ou na escola formal.

2 A EMERGÊNCIA DA LINGUAGEM NO MEIO FAMILIAR

Para Carvalho e Santos (2016, p. 194), a família pode ser entendida como o espaço onde ocorre “a gênese na construção social”, é nela que se constitui os vínculos essenciais ao desenvolvimento da criança, inclusive no âmbito da linguagem, por isso o seu papel é decisivo na formação integral do indivíduo.

Além disso, na família ocorrem as primeiras experiências de troca e de reconhecimento das diferenças que, posteriormente, permitirão à criança assumir uma posição proativa em suas relações interpessoais. “Nesse processo, a família aparece como grande responsável, pois é nela que se inicia a primeira formação do ser humano. Para isso acontecer, é necessário o estabelecimento de um canal de língua comum” (GIANOTO; GIANOTTO; MARQUES, 2016 p. 169).

Entretanto, nos interrogamos sobre como as relações primordiais numa família de pais ouvintes possibilitam as crianças surdas estabelecerem experiências e significações afetivas com base em processos de comunicação e incorporação da linguagem. E ainda como os códigos de linguagem, que surgem espontaneamente no ambiente familiar, são criados para formar um sistema privilegiado de comunicação, marcado pela utilização dos gestos e percepções visuais que participam do processo de apropriação da linguagem.

É importante ressaltar que para a maioria dos surdos que nascem em famílias cujos pais são ouvintes, apresentam com frequência um prognóstico bem mais positivo em relação à apreensão da linguagem, sobretudo numa etapa precoce do desenvolvimento da criança.

Se o sujeito surdo é filho de pais surdos, a aquisição da linguagem que desenvolve é a mesma que está inserida no ambiente familiar e está de acordo com sua capacidade

linguística. Quando a criança é filha de pais ouvintes o processo de comunicação é mais limitado, devido a família não ter domínio da língua de sinais. (FARIAS; BRAGA. 2019. p. 4)

Segundo Solé (2005, p. 62): “Deve-se considerar criticamente a aquisição da língua de sinais, levando-se em conta que a maioria das crianças surdas é proveniente de famílias ouvintes e que isso acarreta consequências na transmissão da cultura e dos valores paternos”, pois pouco conhecem sobre a surdez ou sobre a língua de sinais.

A reação imediata dos pais quando recebem o diagnóstico de surdez de seus filhos, é de uma profunda desilusão, o que de certo modo, pode ou não se transformar num evento traumático, inclusive, com repercussões sobre o desenvolvimento da criança.

Lamentavelmente, diante das péssimas condições de saúde pública em nosso país, muitos pais nem sequer tomam conhecimento de alguma anomalia com relação ao desenvolvimento inicial de suas crianças. Até mesmo os testes para verificação da surdez, recomendados pelos profissionais de saúde, são negligenciados. Maria Cristina Solé (2005) diz que muitos desses pais ignoram tudo sobre a surdez no momento do nascimento, em particular sobre a “língua de sinais” e outras possibilidades de interação na família.

A autora informa que pode haver certa negligência por parte de algumas mães que, desde as primeiras semanas após o nascimento do bebê, suspeitam de algo fora da normalidade, mas não cogitam realizar o diagnóstico de surdez. Ao contrário, apresentam reações que negam ou dificultam a intervenção dos diferentes profissionais que poderiam corroborar na orientação e no encaminhamento à estimulação precoce da criança numa fase fundamental para o seu desenvolvimento.

Não querendo entrar, no momento, na questão do diagnóstico e no choque que ele causa, posso dizer que a ignorância materna, quando não faz que ela utilize apenas a voz para falar a seu bebê, faz com que ela se cale diante da surdez e não lhe fale nada. (SOLÉ, 2005, p. 68)

Portanto, o desconhecimento sobre como lidar com a criança surda, com vista ao seu progresso comunicacional, constitui-se como um grande entrave ao processo de desenvolvimento das crianças surdas, visto que tais fatores não somente limitam o desenvolvimento da linguagem, como também comprometem a subjetivação de suas experiências.

A partir desta reflexão, os pais devem acreditar no potencial de desenvolvimento de seus filhos e não apenas na sua condição de deficiência, pois assim teriam, segundo Santos e Santos (2017, p. 35) “condições de investir nas habilidades dos filhos, possibilitando seu

desenvolvimento pleno e conseqüentemente, fazendo deles sujeitos independentes, atuantes e felizes”.

Segundo a abordagem histórico-cultural, tais experiências dialógicas são importantes na constituição do sujeito, pois possibilitam a aproximação entre cultura e linguagem. Tendo elaborado uma importante teoria sobre a importância do signo para o processo de desenvolvimento da linguagem, Vygotsky (1991) ressalta ser na interação com o seu próximo que a criança se sente capaz de internalizar os signos, os quais representam um instrumento de mediação psicológica.

Nessa perspectiva, o signo significa um “elemento mediador, operador e conversor das relações sociais em funções mentais. O signo age, repercute, reverbera como aquilo que se produziu e se estabilizou na história das relações interpessoais.” (AMORIM *et al.*, 2012, p. 313). Para Vygotsky (1991), o signo é um produto concreto produzido pelas emoções, que resultam das “relações sociais internalizadas” e produzem significações capazes de emprestar sentido e pertencimento ao social. É por meio da linguagem que o sujeito internaliza as significações que emergem do campo do social.

3 CONCEPÇÃO MÉDICA

A surdez se refere a um problema sensorial, não perceptível, classificada por níveis: leve, moderado, grave e severo. A surdez compromete a percepção e a recepção automática no reconhecimento dos sons, portanto, na criança surda afeta a aquisição da linguagem através da oralidade.

Na sociedade, a existência de padrões preestabelecidos, referentes ao que se entende por normalidade, interpõe aqueles que não se enquadram em determinados “padrões” como *anormais*, a exemplo da falta de vocalidade, marca da anormalidade como estigma social e persiste em colocar os surdos, desde a infância, numa posição de submissão em relação aos processos de reeducação que tomam a “ausência da palavra oral” como doença (SOLÉ, 2005, p. 55).

Assim, vivemos em uma sociedade que se comunica prioritariamente por meio da fala, dessa forma, os sujeitos que não se comunicam entre si da mesma forma, no caso, a pessoa surda, é considerada “diferente, deficiente, fragilizado, em desvantagem perante os ouvintes” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 35). Tal concepção influencia na forma como os pais reagem à surdez de seus filhos.

De acordo com a familiaridade que têm com a surdez, com as orientações recebidas dos profissionais que os atenderam e com a expectativa que constroem em relação aos filhos, os pais adotam, mesmo sem o saber, uma determinada concepção de surdez. (SILVA; PEREIRA, 2007, p. 280)

Por isso muitos pais adotam certa concepção de desenvolvimento que enfatiza na comunicação com seus filhos em uma modalidade oral, pois nada conhecem a respeito da Língua de Sinais, visto que, a sociedade brasileira ainda se vale de uma concepção oralista sobre a surdez, a ponto de valorizar a ideia de *desmutização* do indivíduo surdo. Ao procurar ajuda de profissionais da saúde que atuam na área da surdez, os pais se deparam com a concepção de um tratamento fonoaudiólogo que objetiva, geralmente de surdez profunda, o desenvolvimento da fala por meio de exercícios, com a opção pelo implante coclear.

3.1 Implante coclear

Em casos de diagnósticos de surdez severa bilateral, é indicado um procedimento cirúrgico chamado implante coclear, que tem por finalidade médica ajudar o surdo a escutar, e, posteriormente, iniciar o processo de desenvolvimento da linguagem. Esse procedimento “é rechaçado por uma parcela da comunidade surda, sendo considerado uma negação tanto do seu modo de ser no mundo, quanto de sua identidade surda”. (REZENDE, 2013, p. 53)

Quando nasce uma criança surda em um contexto predominantemente ouvinte, há uma tendência dos pais em se culpabilizarem por gerar uma criança diferente deles, o que, para muitos pais, se apresenta “como uma grande ferida narcísica” (NASCIMENTO; LIMA, 2015, p. 146), sendo esse um motivo de intenso sofrimento para a família. No entanto, na expectativa de corrigir tal problema, os pais passam a acreditar que o implante coclear é o único caminho.

Para muitas dessas famílias, o implante coclear alimenta nos pais a certeza de obter “a cura” da surdez e a retomada de um filho idealizado durante toda a gravidez. Para os pais, esta decisão lhes parece acertada, pois se tornam encorajados pelo discurso médico a buscar uma alternativa que permita ao filho surdo compartilhar da mesma língua.

Constitui-se como um dos objetivos deste estudo, questionar sobre as estratégias que os pais optam no sentido de promover o desenvolvimento global da criança e suas repercussões no campo da linguagem e de subjetivação de seus filhos. Para tal, é importante compreender como numa fase precoce do desenvolvimento acontece o processo comunicacional de crianças surdas filhas (os) de pais ouvintes.

4 SINAIS EMERGENTES (SINAIS CASEIROS) COMO SUPORTE COMUNICACIONAL

O processo de desenvolvimento comunicacional de crianças surdas assemelha-se ao de uma criança ouvinte e ocorre de forma espontânea, sendo a língua materna essencial ao desenvolvimento da linguagem. No caso das crianças surdas, filhos (as) de pais surdos, nota-se uma exposição imediata a língua de sinais, entendida como primeira língua (L1). Quando a criança é filha de pais ouvintes, a língua oral-auditiva passa a ser determinante na comunicação com os pais e, dependendo de como se conduzem nessa interação, é possível que haja problemas no desenvolvimento da linguagem.

Não recebendo o *input* da língua oral, devido ao déficit auditivo, a criança surda passa a utilizar-se de sinais caseiros para se comunicar e se vê impelida a criar símbolos para comunicar-se com o meio. Para alguns autores tais sinais se constituem como *códigos domésticos*.

Os estudos vêm mostrando que os sinais caseiros longe de serem algum tipo de linguagem em sentido lato – pantomima, mímica, gestos –, são, antes, produto da faculdade da linguagem, a qual permite ao homem construir seu próprio sistema linguístico. Isso significa que, mesmo com toda escassez de estímulo – considerado aqui do ponto de vista linguístico –, o surdo consegue construir sua língua, todavia quando tem possibilidade de interagir com o ambiente e com as pessoas ao seu redor. (TEIXEIRA; CERQUEIRA, 2014, p. 5)

Conforme a teoria de Vygotsky, o desenvolvimento comunicacional depende da interação com o outro e a presença de um mediador é imprescindível nesse processo. Mesmo quando se observa a prevalência de sinais caseiros, a mãe (ouvinte) assume um importante papel no sentido de *ouvir as mãos do filho surdo* e fazer com que seu filho *escute vozes*. Teixeira e Cerqueira (2014) esclarecem que, a criança *vê vozes*, procurando interpretar os gestos fonarticulatórios da mãe que *ouve mãos*, tentando compreender os gestos manuais do filho. Portanto, “não” depende unicamente da criança surda.

Os gestos constituem-se como significantes construídos socialmente, pois à medida que são criados, utilizados na comunicação e (re) interpretados no contexto da casa, ganham significados e reconhecimento na interação com os pais. Entretanto, de acordo com Santos e Santos (2017, p. 37) por se tratar de um "sistema próprio, relativamente convencional e formado a partir da utilização de "gestos específicos", possui uma funcionalidade restrita ao contexto familiar, não se estende à comunidade surda, nem tampouco à comunidade ouvinte.

O surgimento da comunicação (através dos gestos) da criança surda com o outro, que seja parte do cotidiano e do laço afetivo dela, lhe proporciona condições significativas para o seu desenvolvimento linguístico. De acordo com Azevedo (2014, p.174), “os pais constituem importantes pontos de ancoragem, pois estão dispostos a lhes oferecer a leitura das significações sociais a ponto de saber não exatamente o que está sendo dito, mas o que constitui signo linguístico que evoca o significante no campo social”

Embora os gestos caseiros sejam criados com certa liberdade, há possibilidade de tais gestos sofrerem modificações linguísticas, dessa forma “um repertório novo de códigos domésticos vai se formando a cada dia, alimentando a condição de uma comunicação legítima” (AZEVEDO, 2014, p. 164) que posteriormente, amplia-se em crescente complexidade.

O primeiro passo a ser dado pela família que tem uma criança surda é procurar integrá-la como membro ativo da comunidade familiar. Assim, a criança surda terá maior facilidade para integrar-se à comunidade de pessoas ouvintes. Com o apoio da família, o surdo encontrará menor dificuldade em conviver com pessoas ouvintes, o que lhe propiciará ser um elemento ativo desta sociedade (RODRIGUERO, 2013, p.23)

A partir desse acolhimento familiar e da sociabilidade dessa criança surda, os gestos criados por ela serão motivados e se tornarão referência do ambiente em que convive, de tal forma que ela tenha maior possibilidade de ampliar seu repertório linguístico.

Para que haja uma comunicação autêntica, com força de expressão de sentido da vida das crianças, que emerge a partir dos diferentes contextos de produção e circulação linguística, que as envolvem na relação com as pessoas com quem estabelecem trocas significativas, em termos de linguagem, deve-se pensar as condições linguísticas, como possibilidades reais de instauração de uma “comunicação legítima” no meio social onde vivem. (AZEVEDO, 2014, p.174)

Os sinais emergentes podem corroborar no processo de apropriação da língua e ajudar na formulação de questionamentos críticos sobre a realidade vivida pelo surdo e favorecer a abstração de um pensamento complexo atrelado às questões, seja de ordem, social, linguística, cultural, religiosa, entre outros.

5 SUBJETIVAÇÃO E LINGUAGEM

Nos primeiros anos de vida, a solução de uma comunicação doméstica pode ser fundamental à constituição subjetiva da criança, mas não elimina outros inconvenientes no sentido do desenvolvimento da linguagem, pois comumente a relação dual e exclusiva com a mãe limita a expansão do campo afetivo e a formação do laço social da criança. Como diz Solé

(2005, p. 68) “os gestos inventados numa comunicação quase que exclusiva com a mãe “em vez de romper com a dualidade, a reforçam”.

Entretanto, é fundamental que, no início do desenvolvimento, a mãe estabeleça com o bebê uma interação dinâmica e afetuosa, capaz de marcar na criança o sentido da prosódia materna, no âmbito da linguagem isso pode ser testemunhado pelo uso de uma fala bem particular, reconhecida como o *manhês*.

Segundo Cantão (2009), o *manhês* é “um modo especial de fala materna dirigida ao bebê, o qual possui características peculiares em relação à sintaxe, léxico e prosódia”. A utilização de frases curtas, repetidas e o uso da voz aguda, prolongando as vogais, são característica do *manhês*, as peculiaridades do *manhês* ajudam e auxiliam o bebê na segmentação da comunicação e atraem sua atenção, facilitando dessa forma a percepção da língua materna.

Independentemente da condição de surdez, a forma como a mãe se dirige à criança constitui-se como um fator essencial ao desenvolvimento da linguagem que somente surge na relação mãe-bebê a partir de “vínculos afetivos extraordinariamente poderosos” (SPITZ, 1998, p. 128) capazes de criar um ambiente promissor à emergência da linguagem.

Todavia, a mãe precisa acreditar verdadeiramente nessa interação de modo que sua espontaneidade efetiva no uso da língua consiga incluir a criança no campo da linguagem. Nesse sentido, as funções prosódicas atuam em dois planos segundo os autores Barbosa e Madureira (2015):

Atuam no plano linguístico por meio de funções discursivas, dialógicas, limites ou fronteiras de constituintes prosódicos e de proeminências que assinalam saliências auditivas de um constituinte prosódico em relação a outro. Já no plano expressivo, podem ser: atitudinais, quando expressam atitude ou forma de elocução; afetivas, quando expressam emoções, afeto e humor, e indiciais, quando marcam gênero, origem social e dialeto do falante.

Nessa perspectiva, o bebê deixa-se seduzir não pelo conteúdo linguístico da mãe, mas sim pelos traços prosódicos existentes na sua fala, haja vista que o bebê no início de sua trajetória linguística se sirva da mãe como suporte de amor, testemunhado da sua fala direcionada à criança.

Eis a importância do papel da mãe (ou de quem exerce esse papel) que estimula e provoca respostas de júbilo no bebê, uma vez que sua alternância dialógica com a criança abre os caminhos para a formação de sua personalidade. Mesmo um estímulo, aparentemente insignificante, corrobora na criação de um ambiente favorável à sua inserção no mundo da linguagem, “A mensagem procedente do bebê, pelo menos durante os primeiros meses de vida, compõe-se apenas de sinais, as

mensagens que se originam no parceiro adulto da criança são signos dirigidos volitivamente e percebidos como tais por ela. (SPITZ, 1998, p. 134).

Enfatizamos que tanto para os bebês surdos quanto para os bebês ouvintes as trocas familiares são essenciais, mas elas não se restringem apenas a uma comunicação verbal. Para edificar a base dos processos de subjetivação da linguagem, essas experiências afetivas têm o intuito de provocar no bebê as percepções de sentido que circulam na linguagem, nesse sentido, a prosódia materna é fundamental à interpretação de sentido na díade mãe-bebê, tornando-se um acordo emocional entre eles. Essa prosódia é realizada através de gestos, troca de olhares, toques, expressões faciais e corporais, a fim de inseri-lo no campo da linguagem.

Ademais, a prosódia materna também acontece com o bebê surdo, que responde aos estímulos visuais de forma prevalente, necessitando da incidência do olhar e da entrada no espaço visual para a comunicação frontal. A prosódia materna é essencial no processo de aquisição da linguagem e também para a constituição subjetiva da criança. Reitera-se que tal processo acontece não necessariamente através da oralidade, mas pode ser desenvolvido por meio do uso simultâneo dos gestos/sinais e do sensorial, sendo a linguagem realizada a partir das “trocas não verbais entre a mãe e o bebê, permitindo-lhe figurar no corpo a história recente desta relação” (PIEROTTI; LEVY; ZORNIG, 2010, p. 422). Portanto, o processo de aquisição da linguagem ocorre igualmente em crianças surdas e ouvintes através de comportamentos como: balbucios, mímicas e gestos.

O vínculo é promovido pela afetividade e emoção, de maneira que contagia uns aos outros, colocando-os em comunhão. Por isso, é importante validar a presença do outro “como referências de identidade no mundo a partir dos quais se nota uma forte influência sobre o padrão de comunicação que se percebe na vida cotidiana, criando as condições de instauração do significativo linguístico, no lugar onde nós humanos, ascendemos ao campo da linguagem.” (AZEVEDO, 2014, p. 174), pois é nas trocas dialógicas que a criança apreende significações originadas das relações parentais, do vínculo e das trocas afetivas.

5.1 Superproteção ou abandono: os desafios da inserção escolar

No âmbito das teorias interacionistas da aprendizagem, um dos autores que enfatiza a importância do ensino formal é Lev Vygotsky (1991). Em sua teoria sobre o “desenvolvimento proximal”, o autor evidencia a importância dos processos de aprendizagem à medida que, prevalentemente, experiências mediadas pelo outro alavancam o desenvolvimento global da criança. Um postulado que continua tendo uma ampla aplicação no contexto escolar, pois a

figura do mediador, a exemplo do professor, ganha um enorme destaque em sua concepção de ensino e aprendizagem, posto que os processos de internalização de um determinado conhecimento pressupõem interação com vista aquilo que está para além de um saber espontâneo¹.

A adaptação das crianças em um ambiente formal de ensino se apresenta, quase sempre, numa certa complexidade e depende de um conjunto de fatores que podem, eventualmente, interferir na construção de um ambiente favorável à aprendizagem, sobretudo nos casos específicos de crianças surdas, filhos (as) de pais ouvintes. Em razão disso, as dificuldades concernentes à adaptação comunicativa dessas crianças, em muitos casos, reforçam nos pais um sentimento de incerteza podendo bloquear ou inibir uma tomada de decisão que seja mais favorável ao acompanhamento de seus filhos para novas experiências de aprendizagem.

De modo a problematizar o que se apresenta como desafio à inserção escolar de crianças surdas, destacamos aqui duas situações específicas que instigam a refletir sobre o que se apresenta numa certa complexidade, pois acabam se constituindo como entraves nos processos de adaptação escolar: a *superproteção* e o *abandono*.

A superproteção é definida como:

Um fenômeno que se caracteriza pelo excesso de cuidados e zelo que os pais têm em relação aos seus filhos, os motivos são variados, não estão relacionados diretamente com deficiência, pode estar relacionado com o medo do mundo e da violência”. (AUGUSTO; CHACON, 2011, p.1318)

Nesse sentido, o cuidar dos filhos que faz parte da rotina de muitos pais não deve ser confundido com a ideia de superproteção, pois a noção de superproteção como vem sendo utilizada aqui, aponta para um excesso de proteção que inibe o desenvolvimento da autonomia nas crianças surdas, interfere diretamente na sua socialização e na aprendizagem. No entanto, nem sempre a medida certa dos cuidados é colocada em prática pelas famílias, pois segundo Augusto e Chacon (2011, p.131) algumas famílias “procuram realizar todos os desejos possíveis dos mesmos e acabam não criando condições para que elas desenvolvam suas potencialidades e não as permitem sofrer frustrações”.

Por outro lado, o abandono, é caracterizado pelo distanciamento dos pais ou cuidadores em relação ao filho (a) surdo (a), e nesse caso, a família pode não compreender a necessidade comunicacional da criança ou não tolerar a surdez, nem o silêncio dos filhos.

¹ Nessa perspectiva de aprendizagem, Vygotsky destacou a importância do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), amplamente utilizado no âmbito do ensino formal. (1991)

O abandono não se refere apenas à presença física, a questão do abandono vai além, a falta de atenção, de cuidado, de carinho, são ações que o caracterizam. Desse modo, os laços afetivos entre pai/ mãe e filho (a) não são desenvolvidos, pois tais ações acarretam consequências que podem perdurar por toda a vida.

Por esse motivo, entendemos que tanto proteger em exagero como abandoná-lo acarretam inúmeras trazer dificuldades nas relações, comprometendo dessa forma a personalidade da criança. Portanto, em ambas as situações analisadas, é possível haver prejuízos ao desenvolvimento global da criança, inclusive impedindo uma constituição subjetiva mais adaptada a sua realidade e aos processos de apropriação da linguagem das crianças surdas.

Além disso, a criança surda, quando filha de pais ouvintes, não nasce em um ambiente onde a língua de sinais é utilizada corriqueiramente. A decisão dos pais de inseri-la em uma escola bilíngue poderá fazer uma enorme diferença no processo de apropriação da linguagem e na aprendizagem global, visto que a inserção das crianças surdas no ensino formal, seja em classes regulares, seja em classes especiais, com o devido acompanhamento de profissionais habilitados a um ensino bilíngue, tende a ajudar no seu desenvolvimento linguístico.

Atualmente, a inserção de surdo no âmbito escolar tem aumentado e incluí-los requer profissionais competentes e qualificados para exercer sua função na escola. Nesse sentido, ressalta-se a formação dos egressos do curso de Letras LIBRAS ou Letras Libras-LP2 (Língua Portuguesa como segunda língua), os quais estão habilitados a atuar em um contexto educacional bilíngue.

As escolas devem proporcionar a seus alunos surdos um ambiente linguístico favorável, o ideal seria uma Escola Bilíngue que ofereça o ensino da Língua de Sinais como L1 (primeira língua) e o ensino do português como L2 (segunda língua), por isso a importância de ter um profissional formado na área para atuar no campo educacional.

De acordo com o Projeto de Lei nº 14.191/2021 que define a educação bilíngue como uma modalidade de ensino tendo como primeira língua (L1) a Língua de Sinais e segunda Língua (L2) o português, o objetivo é atender as necessidades linguísticas e a valorização social e cultural da pessoa surda.

Por isso, nos interrogamos se as escolas estariam preparadas para receber as crianças surdas, filhas de pais ouvintes e, simultaneamente, lidar com toda a complexidade linguística que faz parte da realidade familiar dessas crianças. Perguntamo-nos, também, se o sistema educacional em todos os níveis e modalidades está em condições de colocar em prática um conjunto de leis e diretrizes das políticas educacionais que visam a assegurar aos surdos o pleno

desenvolvimento, e se a predominância de uma comunicação oral nas escolas não se constitui ainda como uma forte barreira ao desenvolvimento integral dessas crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o processo de apropriação da linguagem e o desenvolvimento subjetivo e demais aspectos relacionados à aprendizagem de crianças surdas, filhas de pais ouvintes, problematizados neste trabalho, estão intimamente relacionados ao modo como os pais ou cuidadores interpretam os sinais da surdez. Assim, a interação com a família e o meio na primeira infância é um importante fator e deve ser considerado essencial ao desenvolvimento global da criança.

É com a família, prioritariamente, que a criança surda terá oportunidade de acessar as significações da cultura, internalizar as primeiras experiências de identificação e se apropriar da linguagem. Portanto, as relações parentais constituem-se como um dos aspectos mais relevantes para uma melhor adaptação comunicativa da criança surda, inclusive numa fase posterior, quando ocorre a entrada na criança no ensino formal.

Entretanto, reconhecemos, também, que o desconhecimento por parte da família sobre a importância do diagnóstico antecipado para detecção de surdez em seus filhos pode aumentar o campo das incertezas a ponto de causar-lhes um forte impacto quando, tardiamente, receberem a confirmação sobre o comprometimento da audição. Tal experiência pode interferir fortemente numa possível tomada de decisão quanto às escolhas terapêuticas e psicopedagógicas que requeiram uma atitude proativa dos pais ao longo do desenvolvimento global de seus filhos, principalmente sobre os aspectos relacionados à apropriação da linguagem, a inserção na vida escolar e ao aprimoramento e aprendizagem da língua.

Quanto ao processo de apropriação da linguagem, destacamos a importância da língua materna que, sob condições favoráveis, faz emergir o amor na relação mãe-bebê, questão fundamental que corrobora na boa constituição subjetiva da criança surda. No caso dos bebês surdos, as barreiras comunicativas se tornam evidentes, diferentemente dos casos de mães e bebês ouvintes, em que o processo de apropriação da linguagem se apresenta num curso espontâneo através da fala e da audição.

Por exemplo, uma família cuja maioria seja ouvinte, nada ou muito pouco saberá sobre a surdez, língua de sinais e sobre a importância das trocas dialógicas, trocas que ajudam no processo de apropriação da linguagem, e são, muito provavelmente, pautadas pela audição e oralidade. Mesmo entre os pais (ouvintes) e filhos (surdos) que tanto se amam, as barreiras de

comunicação estarão evidentes, o que, certamente, provocará um desenvolvimento tardio da linguagem na criança.

Nesse sentido, uma das primeiras decisões tomadas pelos pais ouvintes em relação ao desenvolvimento de seus filhos surdos, quando acreditam nas potencialidades do filho, está relacionada à escolha sobre qual língua a criança deverá ser inserida a fim de se apropriar do entorno cultural na qual está incluída.

Quando a família tem pouco conhecimento sobre o universo da surdez ou não está suficientemente alertada sobre os benefícios e as dificuldades na escolha desses caminhos, optam por um tratamento médico, quase sempre revestido por uma forte concepção médica sobre a surde. Isso torna imperativo a submissão da criança ao implante coclear sem que, efetivamente, a família possa ponderar sobre todos os aspectos que se implicam em tal escolha.

Nesse caso, a decisão de considerar apenas as orientações médicas sem considerar o contexto ampliado no qual a criança está inserida com possibilidade de uso e aprendizado da língua de sinais e por meio de uma aproximação maior com a comunidade surda, pode interferir, sobretudo, no aprendizado da língua de sinais, que passa a ser colocado em segundo plano ou postergado para um futuro incerto.

Como já dito nas entrelinhas desse artigo, a condição de maior plasticidade cerebral não ocorre na fase adulta, por isso é urgente que a família tome decisões cedo, ainda na primeira infância, de modo que a criança possa, de fato, beneficiar-se de uma rica interação simbólica no convívio familiar para se beneficiar das significações da cultura em uma fase essencial para o desenvolvimento da linguagem, pois se não houver uma aceitação da surdez, os processos de subjetivação da linguagem poderão estar comprometidos.

Refletimos sobre a comunicação total, que implica reconhecer o importante papel da cultura na formação dos laços familiares e sociais, sendo essa, uma defensora do uso de quaisquer recursos linguísticos. Em suma, a comunicação total para surdos seria pautada no uso das Libras, no uso dos gestos ou dos códigos manuais, recursos capazes de estabelecer uma comunicação com a pessoa surda; o objetivo é facilitar a integração social e fornecer um desenvolvimento cognitivo e linguístico que sejam significativos para o indivíduo surdo.

Nesse íterim, a tese de doutorado do Dr. Alexandre Azevedo relata a experiência vivenciada na comunidade do Cajú-Una, a relação de uma criança surda, nascida e criada na comunidade, que não possui conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e não tem contato com a comunidade surda. A criança consegue estabelecer a comunicação com sua comunidade, em virtude da necessidade de se comunicar, a criança se vê forçada a criar seus próprios códigos linguísticos. Essa linguagem, quando compreendida dentro do âmbito familiar

e social, tornou suas necessidades saciadas, e então à medida que os códigos se expandiram para além de quatro paredes, tornaram-se mais fortes.

Os sinais emergentes ou caseiros são criados pelos surdos com objetivo comunicacional, devido à urgência em ser entendido pelos seus familiares, ela participa de brincadeira, assiste a desenhos na televisão e participa de cultos religiosos. Nota-se que, além de não saber Libras, também não há acessibilidade em quaisquer dos ambientes citados anteriormente, de maneira que reiteramos a colocação sobre a importância de utilizar os recursos linguísticos como suporte comunicacional.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. de S. et al. O bebê e a construção de significações, em relações afetivas e contextos culturais diversos. **Temas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 309-326, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 27 set. 2021, 22:05:33
- AZEVEDO, Alexandre Maurício Fonseca de. **Crianças especiais na Ilha do Marajó: uma abordagem antropológica**. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso: 26 jan. 2022, 10:25:32
- BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. **Experimentação em Fonética Acústica: Prosódia**. In: BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. Manual de fonética acústica experimental: Aplicações a dados do português. São Paulo: Cortez, 2015. p. 196-231.
- CANTÃO, I. **O bebê nasce pela boca: Voz, sujeito e clínica do autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2009;
- CARVALHO, D. M.; SANTOS, L. R. de L. Pais ouvintes, filhos: Causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 2, p. 190-203, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 29 de set. 2021 às 12h55min59s.
- FARIAS, I. O. de.; BRAGA, J. O. Pais ouvintes filhos surdos: Barreiras na comunicação. **ANAIS CONEDU: VI Congresso Nacional de Educação**. 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 03 ago. 2021 às 14h25min38s.
- GIANOTO, H. dos S. S.; GIANOTTO, A. de O.; MARQUES, H. R. Pais ouvinte, filhos surdos: barreiras na comunicação. **Multitemas**. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br>. Acesso em 27 set. 2021 às 21h35min46s.
- NASCIMENTO, L. C. R.; LIMA, C. C. S. Libras e Implante Coclear: Contradição ou Complementaridade?. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 142-172, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6109>. Acesso em: 15 ago. 2021, às 23h15min03s.
- REZENDE, P. F. **Implante coclear: normalização e resistência surda**. Curitiba: CRV, 2013.
- RODRIGUERO, C. R. B. **A Família e o filho surdo: uma investigação acerca do desenvolvimento psicológico da criança segundo a abordagem histórico-cultural**. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- SANTOS, P. R. A. SANTOS, D. A do N. As concepções de pais ouvintes de criança surda, acerca do ensino e aprendizagem da Libras. **REVISTA SABER ACADÊMICO** Nº 24 / ISSN 1980-5950, 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br>. Acesso em: 03 de out. 2021 às 08h30min25s.

SILVA, A. B. de P.; PEREIRA, M. C. da C.; ZANOLLI, M. de L. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, p. 279-286, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 ago. 2021 às 23h22min47s

SKLIAR, C. **Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 7-32.

SPLENDRE, K. M.; CONSTANTINI, A. C.; SILVA, K. C. B. da. Investigação da prosódia e da linguagem na interação mãe-bebê. **Working Papers em Linguística**, v. 20, n. 1, p. 172-188, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2019v20n1p172>. Acesso em: 23 out. 2021 às 21h05min36s.

SOLÉ, M. C. (2005). **Oralismo x Língua de sinais**: Uma discussão por demais antiga. In: Pra que essa boca tão grande. Salvador, 2021

SPITZ, R. A. (1965/1998). **O primeiro ano de vida**. 2 Ed. Trad. E. M. B. da R. São Paulo: Martins FONTES.

TEIXEIRA, E. R., CERQUEIRA, I. de F. Sinais caseiros: ponto de partida para o letramento de crianças surdas e consequente aquisição de Libras e português escrito como L2. **Anais do VI Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa–ILEEL/UFU**, 2014. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br>. Acesso em: 24 ago. 2021 às 09h37min28s.

VYGOTSKY, L. S. **Interação entre aprendizado e desenvolvimento**. In: *A formação social da mente*. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.